

Integração socioprofissional dos alunos do Curso Superior de Letras (1859-1911)

João Couvaneiro

O Curso Superior de Letras foi o primeiro estabelecimento português consagrado, de forma específica, ao ensino superior das ciências sociais e humanas. O projecto formal para a sua criação surgiu em 1857 e foi da autoria do deputado e professor da Universidade de Coimbra José Maria de Abreu¹. O proponente justificava a necessidade da criação desta instituição, com a carência de docentes devidamente qualificados para o ensino liceal e de funcionários competentes para diversos cargos médios e superiores da administração pública.

No final de 1858, um Decreto de D. Pedro V afectou 30:000\$000 da sua dotação pessoal para constituição de um fundo cujos juros se destinavam a custear o funcionamento do Curso. A criação desta instituição ficava definitivamente consagrada por uma Carta de Lei de 8 de Junho de 1859. Nesta fixava-se a estrutura curricular de que faziam parte as cadeiras de História, Literatura Antiga, Literatura Moderna, História Universal Filosófica e Filosofia Transcendente. As aulas só se iniciaram em 1861. Cinquenta anos mais tarde, com a criação da Universidade de Lisboa, em 1911, o Curso deu lugar à Faculdade de Letras².

A presente comunicação surge no contexto dos trabalhos que estou a desenvolver para a elaboração de uma tese de doutoramento sobre o Curso Superior de Letras. O que aqui apresento são dados parcelares e reflexões provisórias sobre a integração dos alunos com formação superior em ciências sociais e humanas no mercado de trabalho.

A análise do destino socioprofissional dos alunos do Curso Superior de Letras contribui para demonstrar a relevância deste estabelecimento no quadro das instituições lusas. Permitindo, de forma complementar, fazer alguma luz sobre o grau de participação do ensino superior nas dinâmicas do sistema social português. Para a realização de tal exercício, importa verificar até que ponto esta instituição deu cumprimento aos seus objectivos, sobretudo os que se prendiam com formação de quadros para o sector público, recursos que eram então considerados fundamentais para o desenvolvimento do país.

¹ José Maria de Abreu (1818-1871) deputado, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Superior de Instrução Pública e Director da Classe de Literatura, Belas Letras e Artes do Instituto de Coimbra. Foi ainda Director-Geral da Instrução Pública e autor de variadas obras de que se destacam a compilação de dois volumes de legislação académica. Foi ainda Director-Geral da Instrução Pública tendo sido demitido, em Abril de 1859, pelo Marquês de Loulé, à data ministro do reino, por ter perdido a confiança política no seio do Governo ao votar, como deputado, nominalmente pela discussão do orçamento - Sobre este assunto V. José Maria de Abreu, *A Demissão do Director-Geral da Instrução Pública*, Lisboa, 1861. O texto de apresentação do Projecto de Lei no qual se propunha a criação dos Cursos Superiores de Letras foi publicado n' *O Instituto*, vol. VI, n.º 3, 1 de Maio de 1857, p. 25 e ss..

² Desde início que o projecto da instituição do Curso Superior de Letras incorporava a ambição de se dar lugar à criação de uma faculdade. D. Pedro V escreveu em carta ao seu ministro da Fazenda, António José de Ávila, «a Faculdade de Letras aí a deixo esboçada, incompleta, é verdade, mas tal que já não são capazes de deixar de ma completar» - *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo III, parte II, Lisboa, 1865, p.24.

Estrutura da População Estudantil

Não é possível indicar com exactidão quantos foram os alunos que frequentaram o Curso. A documentação existente no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras está incompleta, nomeadamente no que respeita aos alunos matriculados em 1909 e 1910³. Do levantamento que foi possível fazer, em função das referidas contingências documentais, obtive uma série de 1166 indivíduos. Mas, com base no cruzamento entre as informações fornecidas por Busquets de Aguilar⁴ e os dados que constam no Arquivo, admito que esse número rondasse os 1300 alunos.

Apesar de nem sempre o Curso Superior de Letras ter tido um número significativo de alunos formalmente inscritos, nem por isso as suas aulas seriam pouco frequentadas. Com efeito, são inúmeras as referências a um público abundante, que livremente assistiria às lições, aos concursos de selecção de candidatos à docência e até às provas de avaliação realizadas pelos alunos. Estas afluências, que, sobretudo nos primeiros anos, faziam das actividades do Curso verdadeiros acontecimentos culturais, condicionaram a fixação dos horários de algumas cadeiras em períodos pós-laborais e até a mudança de instalações para que maior comodidade da audiência⁵. Entre os assíduos frequentadores destas aulas contaram-se o D. Pedro V e o seu irmão D. Luís. Curiosas são ainda algumas alusões à presença regular de mulheres entre a audiência.

Depois de ter suscitado um enorme entusiasmo inicial, tendo-se inscrito logo no primeiro ano quarenta alunos, algumas indefinições organizacionais parecem ter contribuído para uma acentuada quebra na capacidade de captar novos formandos, visto que logo no ano lectivo 1863-64 esse número tinha já decaído para dez inscritos. Entre as causas de tal insucesso, contar-se-ia a ausência de uma Lei que garantisse a empregabilidade aos alunos que concluíssem o Curso. Visto

³ Estão disponíveis no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras os livros de matrículas do Curso Superior de Letras os referentes aos períodos 1860-1873; 1873-1881; 1881-1889; 1889-1896; 1893-1903 (alunos ordinários); 1893-1896 (alunos voluntários); 1897-1901 (alunos voluntários); 1901-1904 (alunos voluntários); 1902-1908 (alunos voluntários). No que concerne aos termos de exames estão disponíveis os seguintes livros de registos: 1861-1883; 1884-1894; 1893-1900; 1902/03-1908/09 (1.º Ano); 1903/04-1909/10 (2.º Ano); 1904/05 - 1911/12 (3.º Ano); 1905-1913 (4.º Ano - Curso de Habilitação para o Magistério Secundário de Ciências Filosóficas, Histórico-geográficas e Filológicas) e 1903-1915 (4.º Ano - Curso de Habilitação para o Magistério Secundário de Ciências Físico-químicas, Histórico-naturais e Desenho). Não sendo completa a informação disponível, os dados, mesmo depois de cruzados com os livros de termos de exames, pecarão provavelmente por defeito, resultando esta limitação de lacunas decorrentes das fontes. Importa ainda referir que foram excluídos da amostra os alunos que, ainda que no cumprimento do plano de estudos anterior, terminaram o curso após a criação da Faculdade de Letras em 1911.

⁴ O trabalho de Manuel Busquets de Aguilar, apesar do seu carácter mais descritivo do que analítico, possui a virtude de ter compulsado dados e ter transcrito fontes que com o tempo se perderam, trata-se por isso de uma obra que não pode deixar de ser considerada em qualquer estudo realizado sobre esta instituição - *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Dissertação de Doutoramento, na secção de ciências históricas, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1939.

⁵ O entusiasmo que o Curso despertava era tal que foi necessário transferir algumas aulas (nomeadamente as de Rebelo da Silva e Mendes Leal) da reduzida sala do Curso, onde não haveria mais de quarenta lugares, para o anfiteatro da Escola Politécnica que teria capacidade para acolher cerca de 300 pessoas. - Cf. «Crónica. Curso Superior de Letras», *A Revolução de Setembro*, n.º 5684, 13 de Abril de 1861, p.2.; A.H.F.L., *Livro de Registo de Correspondência*, 27 de Fev. 1861, folha 3 verso; Borges de Macedo, *A história de Portugal dos séculos XVII e XVIII*, p. 85-86.

que, apesar do regulamento de 1859⁶ prever que a conclusão do plano curricular se traduzisse em condição de acesso privilegiado a cargos públicos, a demora na transposição dessa premissa para a legislação que regia os processos de recrutamento, inibia a efectivação dessa mais-valia.

Com médias anuais inferiores a 24 e 29 alunos, as duas primeiras décadas de existência do Curso espelham as dificuldades de afirmação da instituição. Verificando-se algum crescimento na média do decénio seguinte, as restrições de acesso de alunos voluntários entre 1887 e 1892, traduziram-se em novo obstáculo para a ampliação do efectivo discente. Com efeito, só nas últimas duas décadas de existência da instituição se revelou uma tendência sustentada para o crescimento do contingente estudantil, contribuindo para esta realidade: o alargamento da extensão curricular e o prolongamento do período de formação; a ampliação da oferta formativa; o aumento do reconhecimento da utilidade social da formação como mecanismo de acesso a uma carreira profissional; o extraordinário crescimento populacional verificado em Portugal na segunda metade do século XIX, com reflexos assinaláveis na cidade de Lisboa; a ampliação das classes médias, de cujas fileiras saía grande número dos alunos do ensino superior; o paulatino crescimento do número de alunos habilitados com formação liceal, em virtude das medidas apostadas na promoção deste grau de ensino.

Vistos sem outro termo de comparação os números relativos aos alunos que frequentaram o Curso Superior de Letras são pouco esclarecedores, mas se os pusermos a par do número de discentes que, no mesmo período, frequentaram a Universidade de Coimbra, fica-se com a ideia do carácter, numericamente residual, do contributo do Curso Superior de Letras no contexto das formação superior ministrada em Portugal. Com efeito, entre a segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, o número de alunos matriculados anualmente em Coimbra oscilou entre os 600 e 1200⁷, número 12 a 24 vezes superior à média dos que se matricularam anualmente na instituição fundada por D. Pedro V.

Período	Matrículas	Alunos que terminaram
1860/61 1869/70	235	38
1870/71 1879/80	287	43

⁶ Cf. “Parte Oficial. Ministério dos Negócios do Reino. Regulamento”, *O Instituto. Jornal Científico e literário*, Vol. VIII, N.º 14, 15 de Outubro de 1859.

⁷ Maria Eduarda Cruzeiro, “A reforma pombalina na história da Universidade”, *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988, p. 166. Importa ainda referir que o número de matrículas configura, quase sempre, uma sobrecontagem face ao número de alunos inscritos, visto que muitos alunos efectuem várias matrículas no mesmo ano, com o intuito de melhorar classificações obtidas ou de obter aprovação em cadeiras em que não tiveram sucesso em anos lectivos anteriores.

Período	Matrículas	Alunos que terminaram
1880/81 1889/90	334	58
1890/91 1899/00	489	65
1900/01 1910/11	1250	169

A par do número de matrículas, também o número dos alunos concluíram o Curso foi aumentando. Passando de uma média de cerca de quatro por ano, nas primeiras duas décadas, para aproximadamente seis alunos por ano, nas duas décadas seguintes, atingindo uma média de 15 anuais, no derradeiro período.⁸ Este crescimento do número de alunos que concluíram a formação, não representa um acentuar dos índices de sucesso escolar se atendermos ao proporcional aumento do número inscritos. No entanto, importa sublinhar que também o número de cadeiras e de anos de formação se ampliou, situação que provavelmente tornaria mais difícil o percurso escolar.

Classes de alunos e condições de Inscrição

O Regulamento elaborado pela Academia Real das Ciências para o Curso Superior de Letras datado de 1859, previa a existência de duas classes de alunos: ordinários e voluntários. No acto de inscrição os primeiros deveriam apresentar certidões dos exames de todas as disciplinas do ensino secundário, feitos em qualquer liceu ou estabelecimento de ensino superior. Era-lhes ainda exigido que pagassem uma propina de 2\$000 réis e igual quantia pelo encerramento da matrícula, sem o que não poderiam candidatar-se ao exame final. Para os alunos voluntários não existiam quaisquer pré-requisitos de ingresso, nem era exigido qualquer pagamento, mas não poderiam requerer no final da formação a *Carta Geral* do Curso Superior de Letras.

Revelando os alunos voluntários piores níveis de assiduidade, eram recorrentes as queixas face à sua deficiente preparação, sendo várias as propostas de extinção desta classe.⁹ Apesar de tudo, os alunos voluntários constituíram a grande maioria dos discentes do Curso Superior de Letras, justificando a sua utilidade e continuidade.¹⁰

⁸ O número de bacharéis formados anualmente pela Universidade de Coimbra neste período rondou uma centena. - Maria Eduarda Cruzeiro, *Idem*, p. 166.

⁹ Cf. Adolfo Coelho, *Le Cours Supérieur de Letres. Mémoire*, Paris, 1900, p. 77-78.

¹⁰ Cf. A. H. de Oliveira Marques, «Notícia Histórica da Faculdade de Letras (1911-1961)», sep. de *Ocidente*, Lisboa, 1970, p.9.

Proveniência geográfica

Da análise dos dados disponíveis resulta evidente a prevalência de alunos oriundos de centros urbanos na frequência do Curso Superior de Letras. Se atendermos exclusivamente aos que eram naturais de capitais de distrito este número ascendeu aos 600, mas se somarmos ainda as parcelas relativas a outras cidades, esta realidade torna-se ainda mais expressiva. Não obstante, os naturais de algumas das cidades capitais de distrito tiveram uma muito reduzida representatividade entre os alunos, com valores muito inferiores a cidades ou vilas que não desfrutavam desse estatuto administrativo, facto que não pode ser interpretado, sem levar em linha de conta a proximidade geográfica à capital e o seu peso demográfico.

Dos alunos que frequentaram o Curso Superior de Letras pelo menos 438 eram naturais de Lisboa. Número expressivo, que correspondeu a 37,5% do total, mas que não é surpreendente se atendermos: à estrutura populacional da cidade¹¹; ao peso demográfico da capital no todo nacional¹²; aos índices de escolarização e aos custos inerentes à frequência do ensino superior¹³.

Sendo escassas na «província» as oportunidades de ascensão na hierarquia social, é possível que as vantagens socioprofissionais resultantes da macrocefalia da capital, tenham contribuído para atrair para Lisboa alguns daqueles que viriam a ser alunos do Curso. Facto que ocorria, transformando em residentes da capital, indivíduos naturais de outros locais. Sendo mais do que provável que entre os alunos o número naturais de Lisboa fosse substancialmente inferior ao número daqueles que se haviam instalado na capital, com o intuito de ampliarem os seus horizontes profissionais.

Pondo de parte a natural prevalência dos lisboetas entre os alunos do Curso, a reconstituição das origens geográficas evidencia uma enorme heterogeneidade de proveniências, sem variações assinaláveis ao longo dos cinquenta anos de existência desta instituição.

Aproximadamente um terço do total dos alunos que frequentaram o Curso eram provenientes do Centro e Norte de Portugal. Menor expressão tiveram os provenientes do Alentejo e do Algarve. O peso demográfico inferior e o seu perfil sócio-económico pode contribuir para explicar o facto de serem oriundos do Sul de Portugal apenas 11,8% do total de alunos. Menos de metade deste valor foi o relativo aos naturais dos arquipélagos dos Açores e da Madeira (5,3%), pela insularidade

¹¹ Onde o número de indivíduos integráveis nos estratos médios e superiores da sociedade seria superior ao que no resto do país, sendo esse normalmente o contexto social de extracção da maioria dos alunos do ensino superior.

¹² O peso da cidade de Lisboa no todo nacional oscilou na segunda metade do século XIX entre os 13,1 (em 1850) e os 14,1% (em 1900) Cf Teresa Maria Ferreira Rodrigues, *Lisboa no século XIX. Dinâmica populacional e crises de mortalidade*, Lisboa, 1993, pp. 37. A primeira década do século XX acentuaria esta tendência João Evangelista, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, 1971, pp. 163-165.

¹³ Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos lembra não seria fácil a uma família custear as onerosas propinas, comprar os compêndios e prover às despesas de alojamento e alimentação dos jovens estudantes que se tivessem de deslocar - *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, 1988, p. 41.

condenados a uma menor inserção nos mecanismos de formação em que se inscreve o Curso Superior de Letras.

Os naturais das possessões ultramarinas representaram somente cerca de 4% do total dos alunos. Neste contexto é preponderante o peso daqueles que nasceram na Índia Portuguesa, verificando-se que 32 alunos do Curso tiveram essa origem. Alguns destes terão beneficiado do subsídio das Câmaras Agrárias de Goa, que era destinado aos *filhos da Índia*, que mais se distinguiram nas escolas e nas provas públicas. Com este apoio subsidiavam estudantes de reconhecido mérito para aperfeiçoarem os seus estudos na Europa.

Foram 48 os alunos do Curso Superior de Letras que nasceram no estrangeiro. Número que pode ser enganador, visto incluir filhos de portugueses, que se encontravam fora do país. Trata-se portanto, em diversos casos, de uma realidade fortuita não reflectindo a fixação definitiva das famílias nesses locais. Este é o caso dos três alunos naturais de Inglaterra de (José Maria Eça de Queirós, filho do grande vulto da literatura portuguesa, e dos irmãos João e José Horta Machado, filhos do Conde de Alte).

No caso dos alunos naturais do Brasil, como seria de esperar o seu número foi muito elevado, comparativamente com os oriundos de outros países. Com um total de 22 ocorrências, que correspondem a quase 2% do total dos alunos do Curso Superior de Letras. Número que oculta, no entanto, realidades muito diversas.

A expressão do contingente dos naturais no Brasil prende-se com o facto de não existir no naquele país qualquer instituição similar, sendo expectável que os pretendiam desenvolver a sua formação nos domínios das humanidades privilegiassem um contexto de formação no qual não se erguesse a barreira da língua.¹⁴ Acresceriam as estreitas afinidades entre as elites intelectuais portuguesas e brasileiras, bem como, o enorme reconhecimento de que gozavam em Terras de Vera Cruz alguns dos professores do Curso Superior de Letras. Mas este número reflecte sobretudo o facto de o século XIX ter correspondido a um período histórico em que foi enorme a corrente emigratória para o Brasil, sendo este o país de destino para mais de três quartos dos emigrantes portugueses. Alguns destes “brasileiros” regressados à pátria na condição de *novos-ricos* procurariam através da inscrição dos seus filhos em estabelecimentos de ensino superior, consolidar um conjunto de práticas que visavam a mobilidade social ascendente, viabilizada pelas condições de fortuna, que a aventura ultramarina lhes proporcionou.

Níveis etários

¹⁴ O mais notável aluno brasileiro do Curso Superior de Letras foi Manuel de Oliveira Lima, a quem esta instituição portuguesa permitiu aceder a uma formação, no seu próprio idioma, que só, décadas mais, tarde surgiria no Brasil.

O Curso não tinha limitações quanto a uma idade máxima para a frequência, verificando-se, no entanto que só 57 alunos com mais de 30 o fizeram. Quanto à idade mínima para o ingresso, só em 1884 está foi fixada, interditando-se a sua frequência a menores de 15 anos. No entanto, antes dessa data nenhum aluno com idade inferior se havia matriculado.

Apesar da extensa amplitude de idades dos alunos, não ocorreram ao longo do tempo disparidades assinaláveis no que concerne ao perfil etário. Dos 1049 alunos para os quais dispomos dados relativos à idade cerca de 70% tinham entre os 19 e os 26 anos, situando-se a idade modal entre os 19 e os 22 anos.

Género

A taxa de “feminização” do Curso Superior de Letras foi muito baixa. Espelhando as características gerais do ensino superior no Portugal de Oitocentos, o corpo discente, nos primeiros quarenta anos, constituiu um grupo quase exclusivamente masculino.

A primeira aluna foi Adelaide Cunha Amaral, que se matriculou a 10 de Outubro de 1895, na classe de voluntários. Nesse ano outras duas lhe seguiram o exemplo. No entanto, esta nova realidade não se consolidou. Até ao final de Oitocentos apenas um total de cinco alunas ingressaram na instituição por nós estudada. Sem se romperem expressivamente os padrões verificados anteriormente, foi sobretudo após a reforma de 1901 que se assistiu à entrada de mulheres no Curso Superior de Letras, .

Dos 1166 indivíduos que frequentaram a instituição, apenas 27 eram do sexo feminino. O Curso que mais alunas atraiu foi o de Habilitação para o Magistério Secundário, com um total de 16 ocorrências. Destas apenas 10 que terminaram o plano de formação. Também o Curso Geral, contou com a inclusão de mulheres, tendo terminado apenas 2. Não existem muitos dados relativos às ocupações profissionais das alunas, com efeito, apenas em três casos surge a indicação de que seriam professoras à data de ingresso no Curso.

No que concerne às idades das alunas que frequentaram o Curso Superior de Letras estas reproduzem perfil etário apurado pela análise do conjunto total dos estudantes. Quanto à proveniência geográfica, espelhando também uma realidade já caracterizada para o universo total dos alunos que frequentaram o Curso Superior de Letras, a maioria das alunas era natural da região de Lisboa, não sendo também de excluir a hipótese de as naturais de outras regiões estarem radicadas na capital.

Através do prolongamento da escolaridade, as alunas que frequentaram o Curso Superior de Letras, a par de outras que frequentaram outras instituições de ensino superior, integram-se num grupo restrito que foi pioneiro no esforço de romper com o cerco das actividades que

tradicionalmente estavam ligadas às mulheres¹⁵. As que encetaram a demanda desta formação, procurariam aceder a trabalhos remunerados sobretudo no ensino, que foi, por toda a Europa, uma das profissões que no decurso do século XX mais rapidamente se feminizou.¹⁶

Integração socioprofissional

Sendo os estados contemporâneos estruturas altamente burocratizadas, dependem, para funcionar, da mediação de uma extensa rede de funcionários¹⁷. Neste contexto, a procura de eficácia administrativa, expressão genérica de uma ideologia de progresso, suscitou uma expansão, sem precedentes, do número de profissões que dependiam de formação académica.¹⁸ Tendência que fez dos estabelecimentos de ensino superior, para além de espaços para a produção de conhecimento, contextos privilegiados de qualificação e captação de agentes do sector público, no qual o saber se afirmava como instrumento de poder.

A gradual consolidação do liberalismo que, teoricamente, privilegiava o mérito como recurso de mobilidade social, foi condicionando a admissibilidade aos mais prestigiados cargos públicos da obtenção de diplomas de ensino superior. Situação que contribuiu para que os estabelecimentos que os conferiam se fossem afirmando como antecâmaras para profissões hierarquicamente preponderantes. O ensino superior era comparável a uma autêntica fábrica de títulos, através do qual o Estado procurava dispor desse conjunto de funcionários de competências genéricas, de que carecia para o desempenho do amplo conjunto de funções que lhe estavam adstritas. Por outro lado, a regulamentação das condições de acesso ao funcionalismo, não pode deixar de ser encarada como um esforço de auto-valorização desenvolvido pela *intelligentsia* liberal saída destes estabelecimentos.

A pacificação civil e o rotativismo partidário, alcançados a partir de 1851, contribuíram, como mencionei, para que a mobilidade social se fosse afirmando como fenómeno cada vez mais apoiado numa ideia de competência. Neste período, alteraram-se as dinâmicas relativas aos métodos de nomeação, pela ampliação do número de processos de recrutamento que passaram a ser públicos.

Por oposição a um sistema fundado quase exclusivamente na qualidade estatutária e no nascimento, o liberalismo foi condicionando o acesso a cargos públicos à realização concursos, que

¹⁵ As que estavam associadas aos trabalhos domésticos, agrícolas, à indústria têxtil ou aos cuidados de saúde

¹⁶ Cf. Virgínia do Rosário Baptista, *As mulheres no mercado de trabalho em Portugal: representações e quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, 1999, p. 60.

¹⁷ Charles E. McClelland, *The German experience of professionalization and their organizations from the early nineteenth century to the Hitler Era*, Cambridge, 1991, p. 5.

¹⁸ Cf. Maria Laura Bettencourt Pires, *Ensino Superior. Da ruptura à inovação*, Lisboa, 2007, pp. 38-39. Naturalmente este fenómeno não é exclusivamente português, ocorrendo, de forma geral, um pouco por toda a Europa. - Cf. Konrad H. Jaraush, "The German Professions in History and Theory", *German professions. 1800-1950*, Oxford, 1990, p. 12.; L. M. Enciso Recio, «Consideraciones sobre la Universidad de Valladolid en el S. XIX», Federico Sanz Diaz, *El alumnado de la Universidad de Valladolid en el siglo XIX. (1837-1886)*, Valladolid, 1978, p.25.

levariam em linha de conta a formação escolar. Este processo, assegurando uma aparente igualdade formal entre os candidatos, por considerar desempenhos mensuráveis com critérios, tanto quanto possível, uniformes, apenas aparentemente encarna o princípio ideológico que o institui. Na verdade, verifica-se que, em larga medida, transforma o privilégio em mérito, visto permitir que a acção da origem social se continue a exercer, mas agora de formas mais subliminares. Permanências que resultam da afinidade que existe entre a escola e os grupos mais cultivados, que são, quase sempre, oriundos de contextos económicos mais favorecidos. Por este sistema, as desigualdades sociais, geradoras de diferentes heranças culturais, facilitariam aos oriundos de grupos económicos mais abastados o acesso a níveis superiores de ensino, característica que genericamente surge entre os critérios definidores do mérito.

Apesar do enfoque meritocrático dos diversos discursos ideológicos liberais, nos processos de recrutamento para empregos públicos verificou-se a convivência de princípios de equidade e objectividade, com práticas remanescentes ou a obscura persistência de uma crónica tendência para o patrocínio.¹⁹ Estes factos introduziam princípios de desigualdade na distribuição dos benefícios sociais da instrução. Daqui resulta que o sucesso profissional, parece ser dependente e largamente proporcional a uma estratificação social prévia.²⁰

Aparentemente igualados por uma formação homogeneizante, os alunos conheceriam destinos socioprofissionais distintos, condicionados e configurados, em grande medida, pelas redes de socialização, que gerariam condições facilitadoras ou inibidoras do sucesso profissional. Mas, impõe-se como evidência, a ideia de que a frequência do Curso ampliaria significativamente as oportunidades de carreira, alargando o quadro de partida, legado pelos constrangimentos da origem familiar.

Funcionando a sociedade sobre esquemas de comportamento e realidades institucionalizadas, que condicionam a acção dos indivíduos, mas que também podem por eles ser condicionados, o universo de possíveis a que o Curso dava acesso, também se ampliaria ou reduziria em função das características psicossociais dos indivíduos. Dito de outra forma, as carreiras profissionais e demais contextos ocupacionais dependeriam, efectivamente, de intersubjectividades forjadas pela capacidade de integração dos indivíduos em redes de sociabilização.

¹⁹ Cf. Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, 1988, p. 17. No caso específico dos professores do ensino liceal, não obstante, as regras de contracção, entre 1855 e 1880, remeterem para do concursos de provas públicas, “a realidade mostra que uma percentagem bastante elevada entrava por nomeação governamental” - Fernando Marques da Costa, “A sociedade: regeneração na continuidade”, Portugal Contemporâneo, dir. António Reis, vol. II, Lisboa, 1990, p. 227.

²⁰ Walter Rüegg sublinha que a ascensão às elites profissionais seria facilitada pela proveniência social e pela riqueza. - V., “Prólogo”, *Uma História da Universidade na Europa*, Walter Rüegg (coord. ger.), Lisboa, 1996, p. 20.

Os envolvimento partidários e os princípios ideológicos professados surgem, em função das conjunturas, como contextos potencializadores de oportunidades ou geradores de atavismos, verificando-se que a ascensão a determinados cargos resultava da existência, ou não, de confiança política. Se nos centrarmos na implantação da República, principal transformação política ocorrida no período estudado, verificamos uma substituição de protagonistas, contando-se entre os elementos mais destacados da nova elite alguns professores e alunos do Curso, tais foram os casos de Teófilo Braga, José Relvas e Luz de Almeida, para referir apenas alguns.

Que a educação nunca foi, por si só, um meio para ganhar a vida, é um truísmo cuja aceitação não se confronta com muitas resistências. A par da formação, os contextos de origem, as características psicossociais e as redes de socialização revelam-se essenciais na criação de condições de acesso ao emprego e de sucesso nos percursos socioprofissionais.

O desejo de ascensão a funções mais prestigiadas, parece constituir um factor relevante para a opção da frequência do ensino superior.²¹ Sem romper com um esquema de acesso socialmente selectivo, nem interferir com as dinâmicas de organização da sociedade, o crescimento do número de alunos do Curso Superior de Letras parece traduzir uma paulatina tendência de democratização de acesso a estes estabelecimentos, que se foi acentuando no decurso do período estudado.

Ajustando-se às dinâmicas, às necessidades e aos mecanismos de estratificação da sociedade liberal, o Curso Superior de Letras, como outros estabelecimentos de ensino superior, permitia o acesso a profissões de assinalável prestígio e rendimento garantido. A sua *chancela* conferiria, de forma automática, um estatuto de qualidade e competência, constituindo-se como fonte de legitimação para esse conjunto de ocupações, cuja provisão dependia de mecanismos que, pelo menos de forma virtual, valorizavam o mérito.

Se as mudanças verificadas no sistema político e na organização da sociedade portuguesa fizeram variar, nem sempre de forma bem definida, a relevância e o conjunto de funções atribuídas ao Curso Superior de Letras, este percurso foi marcado por um gradual reforço do seu reconhecimento no panorama das instituições lusas. Realidade aferível pelo aumento do número de alunos e pelos contornos que assumiu a sua integração nas diversas estruturas da sociedade portuguesa.

A existência do Curso Superior de Letras teve uma primeira fase de afirmação, na qual se verificou uma menor relevância da formação conferida, visto que o plano curricular era constituído por um conjunto desarticulado de cadeiras, que seriam pouco mais do que uma iniciação às áreas do saber abordadas. Como sucedia com os estudantes de ciências sociais e humanas um pouco por toda a Europa, os alunos do Curso não foram preparados especificamente para qualquer profissão, não

²¹ Cf. Maria Antonieta Cruz, “Considerações em torno da burguesia portuense – século XIX”, *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Benedita Maria Duque Vieira (org.), Lisboa, 2004, p. 22.

obstando o facto deste contribuir para ampliar o capital humano daqueles que o tinham frequentado. Numa segunda fase, que se começou a evidenciar a partir da década de Oitenta, com a criação do Curso de Bibliotecários-arquivistas e com a introdução de cursos livres de Psicologia e Pedagogia, tornou-se mais notório o esforço de adaptação a exigências de formação cada vez mais especializantes. Terá sido este o mote que, em 1901, inspirou a criação de quatro planos de estudos distintos²². Por esta via assistiu-se à consolidação da congruência funcional da instituição e associação relevante à organização da sociedade. Realidade que se espelhou num eloquente incremento do número de matrículas.

A preparação capaz de servidores do Estado constituiu, desde início, um dos propósitos centrais do Curso Superior de Letras. Apesar de todas as contingências, entre as quais surge destacada a reduzida dimensão do corpo discente, ao verificarmos quais foram as carreiras profissionais daqueles que completaram a formação, torna-se evidente que esta instituição realizou com relativo sucesso os objectivos para que foi criada.

O Curso Superior de Letras, como outros estabelecimentos de ensino superior, preparou essencialmente grupos de assalariados que se mantiveram na órbita do sector público²³, acedendo a diferentes esferas do aparelho e da hierarquia estatal. Aqueles para os quais dispomos de dados, depois de abandonarem a condição de alunos e de ingressarem no mercado de trabalho, não estabeleceram ligações significativas ao sector privado e não revelaram perfis de empreendedorismo empresarial.

O pedagogo João de Barros, em pesaroso desabafo, lamentava o facto de em Portugal não se estudar para saber, mas antes para se obter um diploma e, depois deste alcançado, se arranjar um lugar no Estado.²⁴ Este diagnóstico traduzia a grande dependência da *intelligentsia* portuguesa relativamente aos poderes político-administrativos, nomeadamente no que concerne à fixação de oportunidades e horizontes de trabalho.²⁵

Espelhando esta forte dependência das elites escolarizadas face ao Estado, a generalidade dos alunos procuraria assegurar condições de ingresso no funcionalismo público. Situação que lhes permitiria alcançar uma espécie de sinecura, que lhes conferiria a estabilidade de um vencimento que, ainda que parco, seria garantido. A alegada e, frequentemente, propalada exiguidade dos

²² Curso Geral, Diplomático, Bibliotecário-arquivista e de Habilitação para o magistério secundário.

²³ Ilustrando esta realidade, referindo-se a uma realidade distinta, Joaquim Torquato Alvares Ribeiro, lente da Academia Politécnica do Porto, em 1863 afirmava que todos os alunos que aquela instituição tinha habilitado como engenheiros civis foram empregados ou como professores ou como engenheiros do Estado. – *Discurso pronunciado na presença de S. M. F. o Senhor D. Luís I, na ocasião da visita com que honrou a Academia Politécnica do Porto em 30 de Novembro de 1863*, Porto, 1863, p. 22.

²⁴ João de Barros, *A Educação Republicana*, 1916, p.37.

²⁵ Com efeito, como constata Fernando Marques da Costa, foi o Estado “o grande empregador dessa massa de bacharéis que saía dos cursos superiores, onde, aliás, não recebiam, dada a organização dos *currícula*, qualquer especialização”. O Curso Superior de Letras não era excepção. - “A sociedade: regeneração na continuidade”, *Portugal Contemporâneo*, dir. António Reis, vol. II, Lisboa, 1990, p. 227.

estipêndios auferidos no sector público foi, em muitos casos, contornada pelo recurso a outras ocupações (cargos políticos, jornalismo, ensino particular...) que permitiriam avizinhar os proventos de níveis considerados satisfatórios.

À data da primeira matrícula, dois terços dos alunos indicaram ser apenas estudantes. Situação que não surpreende, sobretudo se se atender ao perfil etário da maioria dos discentes e ao facto da formação superior se encontrar tradicionalmente a montante do ingresso na vida profissional. Não obstante, verificam-se casos em que na primeira matrícula surgem como estudantes, mas em anos seguintes são registadas outras ocupações sócio-profissionais nas laudas das matrículas.

Do total de 306 alunos que, à entrada, declararam possuir um emprego, assumem um peso significativo os funcionários da administração pública de nível inferior, que representaram mais de um terço da população estudantil com ocupação profissional (114 ocorrências). Com uma expressão numérica muito inferior surgiam os proprietários (42), os professores (38) os militares (35) e os membros do clero (20).

Se para a generalidade dos alunos o futuro surge largamente condicionado por uma instituição, que com um diploma, se constitui como um recurso determinante para o seu devir social e profissional, para aqueles que já exerciam ocupações profissionais, esta formação configura-se como recurso complementar, parecendo integrar-se em distintas estratégias de promoção pessoal e social.

Dos 366 indivíduos que terminaram o plano de formação disponho de dados relativos aos itinerários profissionais de apenas 122. Importa referir que estes desempenharam carreiras profissionais em áreas distintas. Houve por isso de proceder a uma simplificação dos dados, espelhando os valores que aqui se apresentam os pontos mais altos das suas carreiras. Sempre que desempenharam percursos profissionais distintos, optei por assinalar o de maior prestígio social.²⁶

Acabada a formação a grande maioria dos alunos mergulhou na condição de assalariado na esfera do Estado, sendo este o destino de cerca de 80% dos percursos apurados. Neste contexto, os que se dedicaram ao ensino assumiram particular destaque. Com base na análise dos dados biográficos, outra realidade observável, é o facto da quase totalidade dos professores do ensino superior ter passado previamente pelo magistério secundário. Acresce que um número significativo desempenhou funções directivas nas instituições onde leccionou.

Revela-se também significativo o número dos que exerceram funções diplomáticas, sendo estas carreiras marcadas por percursos, quase sempre lentos, iniciados nos níveis inferiores da diplomacia ou noutros sectores da administração pública.

²⁶ À luz da leitura que fiz, da concepção de capital cultural existente no século XIX, as profissões de maior prestígio, no quadro das ocorrências verificadas, seriam as de professor do ensino superior, diplomata e os altos cargos da administração pública.

Devido ao carácter frequentemente anónimo e à reduzida projecção pública dos indivíduos que exerciam actividades nos níveis médios da administração, apenas me foi possível detectar nove destes casos, mas acredito que o seu número tenha sido largamente superior. Quanto aos cargos mais destacados da administração pública, a sua expressão numérica aparentemente reduzida, prende-se com o facto de alguns dos indivíduos que desempenharam estas funções terem também exercido cargos diplomáticos ou sido docentes do ensino superior, surgindo aqui integrados nessas categorias.

Para doze alunos disponho apenas como informação relativa às suas carreiras socioprofissionais o facto de terem sido escritores ou jornalistas, mas é de admitir que estas ocupações fossem exercidas em acumulação com outras actividades. Com efeito, importa mesmo sublinhar que, com níveis diferentes de comprometimento, pelo menos setenta dos alunos que concluíram o Curso Superior de Letras colaboraram na imprensa periódica.²⁷

Apesar da exiguidade dos dados disponíveis impor alguns cuidados, os valores obtidos permitem concluir que a generalidade dos alunos teve carreiras profissionais congruentes com os objectivos e necessidades formativas que motivaram a criação do Curso. Para grande parte dos discentes, os saberes e competências resultantes deste processo de escolarização constituíram simultaneamente instrumentos de integração numa elite cultural e de capacitação para a sua inserção ocupacional.

²⁷ Sempre que os dados biográficos disponíveis o permitiram incluí estes indivíduos noutros grupos profissionais.